

Governo libera mais de 1 Bi e Câmara aprova Texto Base da Reforma da previdência.

O Golpe jurídico/parlamentar de 2016 continua tendo seus desdobramentos. Após tirarem do governo a presidenta Dilma, os representantes dos banqueiros e especuladores tiveram o caminho livre para começar a destruir todos os mecanismos de proteção aos trabalhadores. Começaram com uma reforma trabalhista usurpadora de direitos que levou o Brasil de volta ao início do século XX com o discurso de que isso iria gerar mais empregos – mais uma mentira, pois o desemprego só aumenta a cada dia.

Agora conseguiram aprovar em primeiro turno na Câmara dos deputados o fim da aposentadoria para milhões de brasileiros.

Para conseguir os votos necessários e aprovar a PEC da Previdência, o governo Bolsonaro liberou mais de 1,3 bilhões de reais em emendas parlamentares para os deputados que votassem a favor da Emenda Constitucional em uma flagrante compra de votos.

“Mais uma vez o governo



Bolsonaro mostra que sua única missão é acabar com os serviços públicos e transformar o país em uma terra de jovens sem educação, adultos desempregados e idosos doentes e miseráveis” disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Com essa derrota em primeiro turno na Câmara dos deputados os trabalhadores precisam mais do que nunca ocupar as ruas e mobilizar a sociedade no sentido de pressionar os deputados e principalmente os

senadores para que entendam o prejuízo que essa reforma trará a população de classe média e principalmente aos mais pobres.

É importante frisar que os trabalhadores perderam uma batalha, mas a guerra ainda está longe de terminar e os sindicatos juntamente com as centrais sindicais e movimentos sociais precisam estar unidos e mobilizados para continuar a pressionar.

“Nós não podemos baixar os ânimos. Precisamos continuar pressionando os deputados e senadores e buscar aumentar a participação popular nas mobilizações de rua trabalhando na perspectiva de construção de uma greve geral contra a reforma de previdência” disse Valter Cezar Figueiredo, diretor da Condsef/Fenadsef e secretário de comunicação do Sindsep/MA.

A CUT e demais centrais sindicais estão convocando para hoje mais um dia de mobilização contra a reforma da previdência e todos os servidores públicos precisam participar. Assine o abaixo assinado contra a reforma da previdência. Em São Luís o Ato acontecerá às 16 horas na Praça Deodoro. Participe.

Trabalhadores na educação farão greve nacional em 13 de agosto

Movimento da categoria inclui marchas nos municípios em defesa da educação, da democracia e contra os a reforma da Previdência e outros retrocessos.





Mais pobres vão pagar a conta da reforma, dizem deputados contrários à proposta

Os deputados que se opõem à reforma da Previdência, proposta por Jair Bolsonaro (PSL/RJ), ocuparam o palanque da Câmara Federal, nesta quarta-feira (10), durante a votação dos destaques (propostas que não estão no texto do relator Samuel Moreira, do PSDB/SP), para demonstrarem, com números, como a reforma vai prejudicar quem ganha menos.

Em meio a dezenas de dados apresentados estão as contas que mostram que um trabalhador ou trabalhadora que tenha contribuído com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) por 20 anos, sendo 10 anos sobre um salário mínimo (R\$998,00) e outros 10 sobre dois salários (R\$ 1.996,00), teriam direito a receber de aposentadoria no valor de R\$ 1.583,00. Mas com a reforma só receberão R\$ 1.030,00 – uma perda de R\$ 553,00.

Outro cálculo mostra que um trabalhador de 62 anos que contribuiu por 25 anos poderá ter sua aposentadoria reduzida de R\$ 2.100,00 para R\$ 1.400,00.

Os parlamentares também lembraram que 86% da “economia” de R\$ 1,2 trilhão, que o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, quer

fazer em 10 anos com a reforma da Previdência, vão sair do bolso de quem ganha até R\$ 2.600,00.

O discurso dos deputados favoráveis ao governo Bolsonaro e, portanto, favoráveis à reforma, de que o Brasil está quebrado e de que todos teriam de fazer a sua parte, foi amplamente rechaçado pela oposição.

O deputado Henrique Fontana (PT/RS) lembrou que o Brasil tem R\$ 370 bilhões em reservas e R\$1,2 trilhão na conta única do Tesouro Nacional. Segundo ele, para melhorar as contas públicas tem de tirar de quem ganha mais, taxar com impostos os lucros e dividendos dos mais ricos.

Entenda os destaques em votação

Os chamados destaques são as sugestões apresentadas por bancadas partidárias para que temas específicos sejam votados separadamente.

Entre os 26 destaques que deverão ser votados estão:

- regras mais brandas para a aposentadoria de policiais e professores e regras menos duras, como as propostas por Bolsonaro, no caso de pensão por

morte.

- a volta da cobrança da alíquota previdenciária sobre exportações rurais que foi retirada do texto do relator, que representaria mais R\$ 86 bilhões no caixa do governo

- um destaque do Partido Novo que incluiria estados e municípios na reforma da Previdência, já foi votado e rejeitado pela maioria dos deputados.

Aprovação ou não da reforma

A votação da proposta do texto principal deverá ter início ainda nesta quarta-feira (10). Depois serão analisados os pedidos de modificações que continuam sendo negociados.

Para que a reforma da Previdência seja aprovada são precisos 308 votos dos deputados federais (60% do total), em duas votações na Câmara e outras duas no Senado.

O Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ) quer que a reforma seja votada e aprovada até a próxima sexta-feira (12). Mas os deputados contrários prometem mais luta contra a retirada de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Fonte: CUT